

A natureza mutável da representação na Nova Zelândia**

INTRODUÇÃO

A investigação sobre os sistemas eleitorais tem-se concentrado no modo como as regras de conversão de lugares em votos estruturam os incentivos para os eleitores e os agentes partidários, bem como no modo como os sistemas eleitorais moldam as ligações entre eleitores e legisladores. Particularmente importante para os debates da teoria democrática é a relação entre sistemas eleitorais e representação. Há vários aspectos da representação que podem interagir com o sistema eleitoral. Por exemplo, verificou-se que os sistemas eleitorais proporcionais intensificam a representação nominal das mulheres (Rule, 1994). Além disso, uma série mais alargada de interesses políticos tende a ser representada sob os sistemas de representação proporcional (RP). Outro aspecto da representação que é influenciado pelo sistema eleitoral, e aquele a que me dedico no presente artigo, é a ligação pessoal entre eleitor e eleito. O desenvolvimento de uma relação pessoal com os eleitores, a actuação como defensor dos mesmos e o fornecimento de benefícios programáticos ao eleitorado são frequentemente considerados aspectos importantes do papel dos deputados. Este aspecto da representação, desenvolvido mediante o contacto eleitor/legislador, é muitas vezes usado pelos cépticos para denun-

* Universidade de Amsterdão, Países Baixos.

** Artigo preparado para o Fulbright Brainstorm «Eleições e democracia», 1-2 de Fevereiro de 2002, Lisboa, Portugal. Os dados utilizados neste artigo foram recolhidos por meio do *Estudo Eleitoral da Nova Zelândia* e disponibilizados por Jack Vowles. Dado o considerável esforço na recolha de dados, desejo agradecer a Jack Vowles e aos outros responsáveis pela recolha e tratamento dos estudos eleitorais de 1993, 1996 e 1999, nomeadamente Jeffrey A. Karp e Peter Aimer. Agradeço ainda a Jeffrey Karp os muitos comentários úteis durante a preparação deste artigo — os erros de análise e interpretação remanescentes são da responsabilidade da autora. A autora é apoiada por uma bolsa do European Union's Fifth Framework Programme.

ciar as deficiências dos sistemas eleitorais proporcionais, particularmente os que apresentam grandes círculos.

Os apoiantes da RP argumentam que a principal vantagem deste sistema é a equidade de representação, já que encoraja uma representação justa da distribuição de opiniões entre o eleitorado, pelo que o parlamento constituirá um bom reflexo da diversidade de opiniões dentro do mesmo. Por outro lado, os que vêm com cepticismo a RP defendem que a ligação crucial entre os deputados e os eleitores se perde nos sistemas de RP; os círculos tendem a aumentar (com muitos eleitores) e é mais difícil ao eleitor desenvolver uma relação pessoal com o legislador. Os sistemas eleitorais mistos, que combinam o método de maioria relativa em círculos uninominais com uma componente de representação proporcional (RP), tornaram-se cada vez mais populares como modo de eleição das assembleias legislativas. De um modo geral, nestes sistemas mistos, os eleitores têm dois votos – um para o partido e outro para a competição eleitoral. Uma vez que encorajam ligações mais estreitas entre eleitores e legisladores mediante a manutenção de círculos de maioria relativa uninominais (MRU), a par da representação nominal e política por meio da RP, alguns autores procuraram saber se os sistemas mistos seriam «o melhor de dois mundos» (Wattenberg e Shugart, 2001; v. também Elklit, 1992). Ao recomendar um sistema misto na Nova Zelândia, a Royal Commission entendeu a preservação dos círculos de MRU como uma forma de manutenção dos incentivos aos legisladores para actuarem em defesa dos eleitores (Royal Commission, 1986).

No artigo que se segue examino o modo como os eleitores neozelandeses entendem a relação entre eleitores e representantes desde a adopção do sistema de membros misto proporcional (MMP). Uma vez que os eleitores neozelandeses escolhem representantes eleitos em círculos uninominais mediante regras de maioria relativa e são também representados por legisladores eleitos através de uma lista partidária¹, o país constitui um caso interessante para a análise do modo como o método de eleição influencia as ligações entre eleitores e legisladores. Analisarei o modo como os eleitores vêem as suas relações com o representante do seu círculo em comparação com os representantes eleitos pelas listas partidárias. Examinarei de seguida o modo como as avaliações dos representantes se relacionam com a aprovação global do novo sistema eleitoral, o MMP. De modo a analisar esta relação, utilizo dados provenientes de *focus groups* e de diversos estudos eleitorais conduzidos na Nova Zelândia pelo *New Zealand Election Study* (NZES). Começarei por descrever sucintamente a transição para o sistema de MMP na Nova Zelândia.

¹ Doravante os deputados eleitos através do sistema de maioria relativa uninominal serão designados como os deputados MRU e os deputados eleitos através das listas partidárias serão designados por deputados de lista. (N. R. C.)

A TRANSIÇÃO DA NOVA ZELÂNDIA PARA O SISTEMA ELEITORAL MISTO

Em 1993, na mesma altura em que se celebraram eleições legislativas, os eleitores aprovaram um referendo vinculativo que alterou o sistema eleitoral — os 99 lugares eleitos através de círculos de MRU passaram a 120 lugares, dos quais pouco mais de metade são eleitos através de círculos de MRU e os restantes por via de uma lista partidária nacional fechada. Assim, os eleitores lançam dois votos, um para um partido e outro para um candidato de um círculo eleitoral em que o vencedor é determinado pela regra da maioria relativa. Este sistema misto, chamado MMP na Nova Zelândia, teve como modelo o sistema eleitoral alemão. A primeira eleição MMP da Nova Zelândia celebrou-se em 1996 e a segunda em 1999, na qual 67 lugares foram distribuídos via MRU e depois completados com os 53 lugares eleitos através das listas partidárias para se alcançar a proporcionalidade do voto partidário². Os partidos podem obter representação de acordo com a sua percentagem de voto partidário ao ultrapassarem um limiar de 5% dos votos partidários, ou através da obtenção de um assento parlamentar. O sistema misto neozelandês é «compensatório», já que a lista partidária compensa os resultados desproporcionais no concurso de MRU para tornar proporcional a distribuição global dos lugares por voto partidário.

A história da mudança do sistema eleitoral neozelandês foi narrada em numerosos estudos (Jackson e McRobie, 1998; Vowles, 1995; Boston, Levine, McLeay e Roberts, 1996). O sucesso do referendo e subsequente adopção do sistema de MMP têm sido explicados com base no papel das elites partidárias (Jackson e McRobie, 1998), no aparecimento de terceiros partidos, na mudança de valores entre o eleitorado (Lamare e Vowles, 1996) e no descontentamento público (Banducci e Karp, 1999). O desalinhamento do eleitorado conduziu ao aparecimento de partidos menores que deram origem a uma crescente desproporcionalidade dos resultados eleitorais. Em duas eleições, o partido com maior número de votos não obteve a maior

² Dos 67 assentos de MRU nas eleições de 1999, 7 são abertos a eleitores *maori*, a população indígena da Nova Zelândia, recenseados no rol *maori*. Estes lugares *maori* já existiam no anterior sistema de pluralidade, no qual se garantia a representação *maori* no parlamento. Sob o sistema de MMP, a dimensão do eleitorado *maori* é determinada pelo número de indivíduos *maori* que optem por se recensear no rol *maori*. Em 1996, data da primeira eleição sob o sistema de MMP, os *maori* dispunham de cinco lugares, que foram aumentados para sete nas eleições de 1999. Uma vez que o número total de assentos parlamentares deve manter-se nos 120, os lugares *maori* adicionais são retirados das listas partidárias. Assim, em 1996 existiam 55 listas partidárias e em 1999 apenas 53. A combinação dos lugares de eleitorado *maori* com a representação proporcional significa que os *maori* têm probabilidades de alcançarem uma representação parlamentar superior à sua proporção populacional.

parte dos lugares. Além disso, o descontentamento crescia entre os eleitores em consequência das amplas mudanças de política económica dos anos 80 que pareciam contrárias à política partidária (particularmente trabalhista) e às promessas feitas durante as campanhas eleitorais. No referendo de 1993, o apoio ao sistema de MMP proveio dos apoiantes dos pequenos partidos e de uma parte do eleitorado do Partido Trabalhista, bem como daqueles que se mostravam descontentes com a economia e viam na mudança do sistema eleitoral uma forma de punir a classe política (Banducci e Karp, 1999).

Antes do referendo de 1993, o sistema de MMP gozava de um apoio muito alargado; contudo, imediatamente antes da votação uma campanha bem financiada reduziu esse apoio e o referendo acabaria por ser aprovado com apenas 53% dos votos. Antes das eleições de 1996, o apoio ao sistema de MMP rondava ainda os 50%. A insatisfação com as negociações prévias à coligação de 1996 (Miller, 1998; Boston e McLeay, 1997) e com a actuação do primeiro governo de coligação sob o sistema de MMP contribuiu para um declínio do apoio ao mesmo (Karp e Bowler, 2001). Embora o apoio ao novo sistema eleitoral tenha diminuído depois da primeira eleição e se tenha mantido nesses níveis com o colapso do primeiro governo de coligação sob o sistema de MMP, em Agosto de 1998, a suave transição posterior às eleições de 1999 pode ter voltado a aumentar o apoio da opinião pública (Karp e Bowler, 2001). Dependendo da forma como é feita a pergunta, aproximadamente um terço do eleitorado votaria a favor da substituição do sistema de MMP. Há também um grupo mais reduzido de apoiantes de núcleo duro do sistema de MMP (aproximadamente 15% a 20% do eleitorado), enquanto a maior parte do eleitorado considera que é ainda «demasiado cedo» para formular uma opinião sobre o novo sistema (v. Vowles, Banducci e Karp, 2000).

Na Nova Zelândia e noutros países, as razões da adopção do sistema de MMP deixaram de constituir a questão fulcral da investigação, que passou a incidir sobre as consequências do novo sistema eleitoral. Estas consequências podem ser agrupadas em três tipos, de acordo com as áreas que afectam: alterações no procedimento parlamentar e legislativo, alterações no sistema partidário e alterações no comportamento e atitudes políticas das elites e do público. Os estudos que incidem na representação revelaram que o sistema de MMP conduziu a uma maior diversidade da representação parlamentar dos partidos (Barker e McLeay, 1999), aumentou a representação das mulheres e dos *maori* (Banducci e Karp, 1998) e, em alguns casos, estreitou as ligações políticas entre os partidos e os eleitores (Karp e Banducci, 2002). Outra questão que tem merecido especial atenção é a do papel dos deputados MRU em comparação com os deputados de lista (Karp, 2002).

Durante o Verão de 2001, na avaliação parlamentar do sistema de MMP, a comissão analisou os tipos de reforma possível. Uma das reformas avançadas no relatório do NZES à comissão prendia-se com a natureza das listas

partidárias. Após a primeira eleição sob o sistema de MMP, os deputados de lista tornaram-se rapidamente o principal objecto de preocupação pública, particularmente depois de muitos deles terem abandonado os seus partidos para apoiarem outros. Em especial, Alamein Kopu, originalmente deputada pelo partido Aliança (que não integrava o governo), conquistou notoriedade ao abandonar o partido, entre acusações de não ter comparecido a muitas votações e debates parlamentares. Alamein Kopu decidiu permanecer no parlamento como deputada independente e apoiar o governo numa moção de confiança.

O presente artigo trata da questão da representação e do papel das listas partidárias mediante a análise das ligações entre eleitores e legisladores sob diferentes sistemas eleitorais e, seguidamente, da análise do modo como os representantes são avaliados na Nova Zelândia. Finalmente, examinaremos o modo como as avaliações dos deputados de lista partidária influenciam o apoio ao sistema de MMP.

LIGAÇÕES ELITE/MASSAS: O CASO DA REPRESENTAÇÃO DO ELEITORADO

O argumento de que os sistemas de círculos plurinominais nos quais os eleitores não podem indicar preferências por candidatos (por exemplo, as listas partidárias fechadas) desencorajam uma ligação entre os eleitores e os representantes assenta na noção de que os sistemas de MRU incorporam incentivos eleitorais que não estão presentes nos sistemas de listas fechadas. Nos sistemas de MRU, a reeleição de um candidato depende menos do partido e mais do desenvolvimento de um «voto pessoal» (Cain, Ferejohn e Fiorina, 1987) e de uma reputação de defensor eficiente dos interesses locais — por outras palavras, de um «estilo caseiro». Esta reputação constrói-se mediante o trabalho na comunidade, a conquista de benefícios programáticos para o eleitorado, a aparência pessoal, o encorajamento do contacto com os eleitores e os estímulos à procura de iniciativas na comunidade. Carey e Shugart (1995) mostram que o controlo dos líderes partidários sobre a posição dos candidatos nas listas e a independência relativamente a outros membros do partido na conquista de votos individuais, aspectos que são em parte afectados pelo sistema eleitoral, influenciam o desenvolvimento do voto pessoal. A falta de controlo partidário e a maior independência aumentam as probabilidades de obtenção de votos pessoais por parte dos candidatos³.

³ Samuels (1999) sugere que determinadas características do partido, como o controlo interno sobre estratégias de financiamento e coligação, desempenham também um papel no desenvolvimento por parte dos deputados de um estilo representacional que cultiva o voto pessoal ou enfatiza uma estratégia colectiva.

O desenvolvimento de uma ligação pessoal com o eleitorado não serve apenas o propósito de fornecer benefícios particularizados, mas também o de ajudar o representante nas suas funções de formulação política e supervisão governamental. Através de contactos com o eleitorado, os representantes tomam conhecimento dos problemas que podem decorrer da implementação de programas governamentais e recebem *feedback* sobre as políticas propostas. Em princípio, este *feedback* deverá intensificar as ligações políticas entre os representantes e os representados. Evidentemente, este contacto e *feedback* não está ausente dos círculos plurinominais ou dos sistemas de listas partidárias, mas tem-se defendido que é facilitado nos sistemas de MRU.

LIGAÇÕES ENTRE ELEITORES E ELEITOS

Há dois modos de entender os incentivos ao desenvolvimento de uma ligação pessoal entre eleitores e representantes. Em primeiro lugar, a selecção de candidatos e o sistema eleitoral influenciam a capacidade dos eleitores de determinarem a identidade do candidato (ou exprimirem uma preferência por um candidato) e de constituírem uma ameaça credível de punição eleitoral para os representantes incompetentes (Mitchell, 2000). Em contrapartida, estes aspectos criam incentivos para o desenvolvimento do voto pessoal (Ames, 1995; Carey e Shugart, 1995; Samuels, 1999; Mitchell, 2000). Nos sistemas eleitorais em que os eleitores podem exprimir uma preferência por um candidato — como é o caso dos sistemas de listas abertas, dos sistemas de voto preferencial e dos sistemas de MRU —, os incentivos ao desenvolvimento do voto pessoal são mais fortes. Adicionalmente, nos sistemas em que os eleitores podem identificar os representantes incompetentes e puni-los directamente por meio do voto — como acontece nos sistemas de MRU — verifica-se também um maior incentivo para que o legislador desenvolva uma relação pessoal com os eleitores. Assim, estes incentivos são estabelecidos no momento das eleições pelo sistema eleitoral e pelas regras de selecção dos candidatos (Mitchell, 2000).

Menos atenção tem sido dedicada ao modo como os sistemas eleitorais moldam a segunda ligação entre representantes e eleitores — a ligação que se verifica nos períodos entre as eleições. Os sistemas eleitorais moldam também a natureza do serviço ao eleitorado e a capacidade dos eleitores de vigiarem o comportamento dos seus representantes. Independentemente da determinação da identidade dos representantes, alguns sistemas facilitam a identificação do representante a contactar para que actue como intermediário entre o público e as decisões do governo. Há, por exemplo, mais probabilidades de os eleitores dos sistemas eleitorais de MRU contactarem os seus representantes do que os eleitores de outros sistemas (Shively e Curtice, 2000; v. também Shively e Curtice neste volume). A Holanda, um sistema «parcial» de listas partidárias abertas com

um círculo nacional, apresenta um dos mais baixos níveis de contacto pessoal com os deputados. Gladdish (1991), utilizando dados de sondagens a eleitores e deputados, demonstra que os cidadãos holandeses não vêem os deputados como defensores dos interesses locais e que os deputados holandeses não consideram esta actividade importante no cumprimento dos seus deveres enquanto legisladores. A ausência de contacto entre eleitores e deputados conduziu a exigências de reforma eleitoral, particularmente por parte do mais recente partido pós-materialista, Democratas 66 (Farrell, 2001, p. 90). Do mesmo modo, alguns sistemas facilitam a vigilância da actividade dos representantes nos períodos intereleitorais. A ligação intereleitoral dependerá mais da magnitude dos círculos do que dos procedimentos de selecção dos candidatos. Shively e Curtice sugerem que é a diferença entre círculos uninominais e plurinominais, mais do que a fórmula eleitoral, a importante distinção a ter em conta no que diz respeito à relação entre sistemas eleitorais e representação (2000, p. 5).

LIGAÇÕES ELEITORAIS E INTERELEITORAIS NA NOVA ZELÂNDIA

Há diversos pontos a estabelecer quanto ao modo como estes dois aspectos das ligações eleitorado/legisladores podem ser avaliados em termos do sistema de MMP. Alguns autores procuraram já saber se os sistemas mistos representam «o melhor de dois mundos» (Shugart e Wattenberg, 2001; Elklit, 1992), uma vez que proporcionam ligações directas entre os eleitores e os legisladores mediante a manutenção de lugares MRU complementados por lugares de lista partidária com vista à proporcionalidade, ou por um voto suplementar de lista partidária. Nas ligações eleitorais há que ter em consideração pelo menos três aspectos: a capacidade de escolher o representante, o desenvolvimento do voto pessoal e a manutenção da responsabilidade eleitoral através da manutenção de uma ameaça credível de derrota eleitoral. De que forma é que estes factores se relacionam com o sistema eleitoral neozelandês?

O sistema de MMP da Nova Zelândia permite aos votantes escolherem directamente a identidade do representante. Contudo, as listas partidárias são fechadas. Assim, na secção maioritária os eleitores escolhem o candidato, ao passo que o voto nas listas partidárias lhes permite escolher o partido. Evidentemente, a capacidade de determinar a identidade do candidato na secção maioritária é limitada, no sentido em que são os partidos que escolhem os candidatos aos círculos uninominais. Sob o sistema de MMP, os eleitores socializados num sistema de MRU poderão ver com maus olhos o voto nas listas partidárias, precisamente porque a identidade dos candidatos seleccionados não é imediatamente conhecida.

Para os eleitores, a importância que atribuem aos candidatos reflecte-se no voto estratégico que ocorre na secção maioritária do sistema. De facto,

verifica-se um grau significativo de votação estratégica sofisticada na secção maioritária do sistema na Nova Zelândia; por norma, os eleitores votam com sinceridade no seu partido, mas na secção maioritária tendem a abandonar a primeira preferência quando esta não é viável (Karp *et al.*, 2002). Dado que o voto partidário determina a distribuição dos assentos parlamentares, poderá parecer irracional votar estrategicamente na secção maioritária, já que este não exerce qualquer efeito sobre a configuração do parlamento. Ao tratar este problema no caso da Alemanha, Cox interroga-se: «Por que haveriam os eleitores alemães de se importar com quem vence nos seus círculos?» (Cox, 1997, p. 81)⁴. Sob o sistema de MMP, os resultados eleitorais na secção MRU podem constituir um dos factores que contribuem para uma situação de *overhang* (quando o partido vence mais assentos na secção MRU do que seria possível sob as regras da RP). De acordo com Cox, a possibilidade de ocorrência de um tal *overhang*, ainda que improvável, é um dos factores que conferem importância ao resultado na secção MRU. A possibilidade de *overhang* pode contribuir para uma estratégia partidária que enfatiza a secção maioritária, e isto reflecte-se nos eleitores que também levam a sério esta parte da eleição. Para além da estratégia partidária, outra das razões para o voto estratégico sob o sistema de MMP, e de importância capital para esta análise, é o facto de que «a identidade do representante local é valorizada em si mesma, acima e para além do equilíbrio das forças partidárias na legislatura» (Cox, 1997, p. 81)⁵. Assim, a ocorrência de votação estratégica sob o sistema de MMP sugere, de facto, que a escolha dos representantes é importante para os eleitores⁶.

Com a transição recente para um sistema misto e a introdução de deputados de lista partidária, o modo como os deputados MRU e de lista abor-darão a tarefa do serviço ao eleitorado e a promoção do voto pessoal está

⁴ Na Alemanha, o voto maioritário é referido como «primeiro voto», e o voto proporcional como «segundo voto», indicando a importância primordial do voto maioritário. Contudo, tal como sucede na Nova Zelândia, a distribuição de lugares é, em última análise, determinada pelo voto proporcional.

⁵ Outra razão possível para o voto estratégico nos eleitorados é a confusão do eleitor quanto ao significado do voto MMP (v. Karp *et al.*, 2002). Por outras palavras, alguns eleitores poderão continuar a seguir as regras do sistema de MRU.

⁶ Adicionalmente, existem alguns testes experimentais que sugerem que o «voto pessoal», a avaliação dos candidatos com base em informações sobre as qualidades pessoais dos candidatos individuais, provém não tanto do facto de se ser socializado sob sistemas eleitorais que encorajam o voto pessoal, mas antes de uma tendência própria para os processos de tomada de decisão dos eleitores (Canache, Mondak e Cabrera, 2000). Estes testes experimentais estão em consonância com os estudos que revelam que os eleitores tendem a recorrer às características pessoais dos candidatos como atalhos de informação (v. Popkin, 1991), o que sugere que o desejo de determinar a identidade dos candidatos poderá não diminuir na Nova Zelândia. Dada a longa história de MRUs na Nova Zelândia, as expectativas de representação poderão basear-se unicamente nesta tradição de representação do eleitorado.

ainda em processo de desenvolvimento. Há indícios de que sob MRU, tal como noutros sistemas eleitorais maioritários, o trabalho no círculo eleitoral constitui uma das componentes regulares das actividades dos deputados (Anagnoson, 1983; v. também Anagnoson, 1987). Sob o sistema de MMP, é de esperar que se mantenham os fortes incentivos para que os deputados eleitos através dos círculos uninominais actuem como defensores dos interesses dos constituintes. Os deputados eleitos pela lista partidária poderão ter também um incentivo para cultivarem um núcleo de apoio entre o eleitorado, de modo a garantirem a reeleição. Esta competição dos deputados de lista poderá até gerar, entre os deputados MRU, um maior incentivo para o cultivo do voto pessoal (Mulgan, 1997, 70). De facto, parece ser este o caso na Nova Zelândia, já que a taxa de reeleição dos deputados eleitos através do sistema de MRU e de lista partidária é idêntica (Ward, 1998). Além disso, ambos os tipos de deputados atribuem uma prioridade similar às actividades relacionadas com o eleitorado. Contudo, os deputados MRU tendem a tratar um maior número de problemas dos constituintes por semana e os deputados de lista tendem a dar menos prioridade à representação do eleitorado e a reuniões regulares com o mesmo (Karp, 2000). Podemos até perguntar por que razão os deputados de lista desejariam colocar-se ao serviço dos constituintes, vinculando-se desse modo a um eleitorado, quando, na sua qualidade de deputados de lista, poderiam estar mais livres para concretizarem objectivos políticos à escala nacional. Ao contrário da Alemanha, onde os deputados MRU e de lista partilham mais ou menos os mesmos níveis de prestígio e onde emergiram poucas diferenças entre os seus papéis (v. Mitchell, 2000), na Nova Zelândia atribuem-se mais recursos aos deputados MRU (Banducci e Karp, 1998), bem como mais prestígio (v. Ward, 1998).

Outra consideração em termos da natureza da ligação entre eleitor e legislador é a ameaça credível de derrota eleitoral. Os representantes teriam poucos incentivos para actuarem como defensores dos seus constituintes ou do eleitorado se não temessem uma futura reacção eleitoral negativa em consequência de um mau serviço público. Uma vez que na Nova Zelândia os candidatos podem concorrer simultaneamente por uma lista e no círculo uninominal, a ameaça de derrota eleitoral poderá não ser credível. Os candidatos que não conseguirem vencer no círculo uninominal poderão ainda assim conquistar um lugar no parlamento se ocuparem uma posição elevada na lista do seu partido. Isto não apenas diminui o incentivo para efectuar trabalho no círculo, como poderá também confundir os eleitores que pensavam ter derrotado um deputado incompetente quando o vêem ocupar um lugar parlamentar por ter sido colocado numa posição elevada dentro da lista do seu partido. Um modo de resolver este problema é impedir que os candidatos possam concorrer simultaneamente pela secção maioritária e proporcional do sistema.

Quanto a vigiar e contactar os representantes durante os períodos intereleitorais, isto é em grande medida determinado pela existência de círculos geográficos e pela sua magnitude. Bowler e Farrell (1993) mostram que os sistemas centrados nos candidatos e a magnitude dos círculos influenciam o tempo que os legisladores (neste caso, os membros do Parlamento Europeu) reservam para trabalho no círculo. Curtice e Shively (2000) examinaram a diferença nos contactos e nos níveis de reconhecimento dos deputados entre sistemas de MRU, sistemas plurinominais com escolha de candidato e sistemas de RP. Os autores descobriram que existe uma maior probabilidade de contacto com os deputados nos sistemas de MRU do que nos sistemas de RP. Da mesma forma, descobriram que a capacidade de recordar o nome dos deputados é também maior nos sistemas de MRU. Curtice e Shively (2000) concluíram que o sistema de MRU conduz de facto a «uma relação mais pessoal dos cidadãos com a legislatura». Os autores encontraram também diferenças significativas entre os sistemas de MRU e de círculos plurinominais não preferenciais, mas não entre os círculos plurinominais com preferência de candidato e os círculos plurinominais não preferenciais. Contudo, concluíram que as diferenças não são suficientemente significativas para servirem como critério de escolha entre sistemas eleitorais (v. Curtice e Shively neste volume). Os níveis mais elevados de contacto e reconhecimento apontam, possivelmente, para uma maior facilidade de vigilância do comportamento legislativo nos sistemas de MRU, onde pelo menos deverá ser mais fácil atribuir responsabilidades no caso de ocorrer qualquer problema.

RESULTADOS DOS *FOCUS GROUPS* SOBRE O SISTEMA MISTO

Será que estas questões sobre as ligações eleitorado-eleitor se encontram presentes na retórica dos eleitores? Como parte de um estudo para avaliar o conhecimento dos eleitores a propósito do MMP na Nova Zelândia, foram conduzidos *focus groups* em Março de 2001. Os elementos destes grupos provinham de um conjunto de entrevistados que haviam participado em pelo menos duas sondagens eleitorais anteriores. Assim, procurámos os participantes dessa lista de entrevistados que apresentavam probabilidades mais altas de estarem informados e de se interessarem por política⁷. Constituíram-se quatro grupos: eleitores trabalhistas (o partido maior, de centro-esquerda), eleitores nacionalistas (o partido maior de centro-direita), eleitores de pequenos partidos

⁷ No total foram constituídos quatro grupos liderados por Jack Vowles, o director do NZES. Os grupos eram compostos por eleitores trabalhistas, nacionalistas, de pequenos partidos e *maori*. A identidade dos grupos baseava-se em respostas a questionários pós-eleitorais. Escolhemos cerca de 60 entrevistados para integrarem os *focus groups* e oferecemos-lhes um pequeno incentivo para participarem. As respostas foram fracas, e cada grupo incluía aproximadamente apenas 2-3 participantes.

e eleitores *maori*. A discussão dos *focus groups* começou com uma pergunta sobre o significado e os requisitos da cidadania, seguida depois por perguntas mais específicas sobre o MMP. Uma destas perguntas incidia sobre o papel dos deputados de lista. Se bem que a forma exacta da pergunta variasse, pedia-se aos membros dos grupos que avaliassem o papel dos deputados de lista e a natureza da ligação entre deputados de lista e eleitores.

O desejo de ter uma palavra a dizer na escolha dos deputados tornou-se aparente nos *focus groups*. Um eleitor trabalhista, em resposta a uma pergunta sobre o modo como o sistema de MMP estava a funcionar, afirmou: «Julgo que começa agora a estabilizar, mas há ainda uma série de gente nova a aparecer que põe em causa o conceito de MMP.» Este mesmo participante prossegue nos seguintes termos: «Julgo que a ideia [do sistema de MMP] é boa, porque me lembro de ter votado em eleições anteriores num partido que esteve muito perto, mas o meu candidato não entrou [...] agora, pelo menos, o meu candidato pode entrar através da lista.» Este participante continua a estabelecer uma ligação com o representante baseada na identidade. Manifesta uma preferência por um candidato e valoriza o facto de que tal candidato, ainda que não vença um lugar na secção MRU, possa triunfar por via da lista partidária.

O reverso da moeda é que os candidatos podem triunfar por via da lista partidária, não obstante uma derrota na secção maioritária. Um dos participantes integrados no grupo dos apoiantes de pequenos partidos afirmou que o sistema de MMP ainda não tinha tido tempo para «mostrar o que vale». Não obstante, considerava as listas partidárias o aspecto mais negativo do sistema. As suas razões prendiam-se com o facto de os perdedores na secção MRU poderem obter um lugar por via da lista partidária: «[...] está tão aberto à corrupção [...] as pessoas nunca ouviram falar dele [do deputado], não sabem quem é realmente, não passa de um nome numa lista e, de repente, está no parlamento e as pessoas dizem: mas eu não votei nele.» Há também a noção de que os deputados de lista não representam visivelmente qualquer eleitorado. Os eleitores não se recordam dos seus nomes, não conhecem os candidatos que integram as listas e estes «não têm responsabilidades perante nenhum eleitorado». Os únicos deputados de lista que parecem conquistar reconhecimento são aqueles que recebem publicidade negativa, como Alamein Kopu e outros «vira-casacas».

Há a percepção de que os deputados de lista desempenham um papel muito limitado no parlamento e não possuem ligações directas aos eleitores. Uma eleitora trabalhista afirmou que gostaria que os membros de lista «assumissem mais responsabilidades». Defendeu que os deputados de lista «limitam-se a vogar por aí... não estão presos a nada». Um eleitor do Partido Nacional afirmou: «Podem limitar-se a flutuar.» Um eleitor de um terceiro partido fez-se eco deste sentimento, afirmando: «Os deputados de lista deviam ser

um pouco mais responsáveis e deviam ser obrigados a assistir às sessões.» Esta ausência de qualquer ligação vai além do facto de não possuírem um eleitorado delimitado geograficamente. Este mesmo eleitor referiu-se ao facto de os deputados de lista abandonarem os seus partidos em favor de outros partidos, ou para se tornarem independentes, e sugeriu que «a troca de partido» era também uma das causas da «desagregação das coisas».

Uma das reformas do sistema de MMP sugeridas pela comissão — uma lista partidária aberta — estimularia a ligação com os eleitos ao permitir que os eleitores decidissem o posicionamento dos candidatos nas listas partidárias. Quando directamente interrogados sobre esta possível reforma, os participantes dos *focus groups* tiveram reacções contraditórias. Aqueles que já tinham expresso alguma preocupação com a natureza confusa do sistema de MMP sugeriram que esta reforma poderia contribuir ainda mais para a confusão, mas a maioria dos participantes concordou que as listas abertas seriam «mais justas», ou «melhor do que aquelas que agora temos». De todos os grupos, os eleitores *maori* foram os mais positivos relativamente ao papel dos deputados de lista (e ao sistema de MMP em geral). Reconheceram que os deputados de lista eram necessários e não apoiaram a ideia de listas abertas.

ATITUDES PERANTE OS DEPUTADOS, LISTAS ABERTAS E AVALIAÇÕES DO SISTEMA DE MMP

Além das ideias recentemente recolhidas dos *focus groups* recentes, o *New Zealand Election Study* (NZES) tem vindo a recolher dados sobre as percepções do sistema de MMP, e o apoio ao mesmo, por meio de sondagens levadas a cabo desde 1993. As sondagens avaliam regularmente as percepções públicas sobre os deputados e, mais recentemente, têm incluído perguntas sobre as reformas possíveis ao sistema de MMP, tais como a introdução de listas partidárias abertas⁸. Utilizando os dados das sondagens, examinarei as seguintes questões: de que modo as percepções em relação aos deputados mudaram desde a adopção do sistema de MMP; de que modo as ligações eleitorado/deputado variam de acordo com os tipos de deputados, o apoio às listas partidárias abertas e a relação entre as avaliações dos deputados, as listas abertas e as percepções do modo como funciona o sistema de MMP. Embora as perguntas das sondagens não meçam as expectativas quanto ao papel dos deputados de lista que foram recolhidas dos *focus groups*, permitem uma comparação entre o reconhecimento e o contacto com os deputados MRU e de lista.

⁸ Descrições mais detalhadas das sondagens utilizadas nesta análise podem ser encontradas em www.nzes.org.

Desde a adopção do sistema de MMP tem-se verificado alguma melhoria nas avaliações dos deputados. Desde 1993, o NZES tem pedido aos entrevistados que avaliem os deputados em termos de capacidade de resposta aos problemas, bem como em termos gerais. A forma exacta destas perguntas é apresentada no apêndice a este artigo. Os resultados do quadro n.º 1 mostram de que modo as avaliações da capacidade de resposta dos deputados mudaram desde a adopção do sistema de MMP. De um modo geral, as avaliações dos deputados melhoraram a partir de 1993. Verifica-se uma menor probabilidade de que os entrevistados afirmem que os deputados não conhecem os problemas do público e que os políticos não se preocupam com a opinião das pessoas. Há também menos probabilidades de os entrevistados afirmarem que «o governo é dirigido por um punhado de grandes interesses». Há uma excepção notável a esta tendência de resultados positivos. A maioria das sondagens foi feita por ocasião de uma eleição. Contudo, os dados para 1998 foram recolhidos entre duas eleições, num período em que o primeiro governo de coligação sob o sistema de MMP estava à beira do colapso e a aprovação pública do governo de coligação era apenas de 10% (Karp e Bowler, 2001).

Mudanças nas atitudes políticas, 1993-1999
(percentagem dos que concordam)

[QUADRO N.º 1]

	1993	1996	1998	1999
Deputados desconhecem problemas	61	53	76	52
Políticos não se preocupam com a opinião das pessoas . . .	66	57	–	55
Governo é dirigido por um punhado de grandes interesses . .	60	54	–	50
<i>N</i>	2 205	4 086	535	5 601

Nota: Todos os dados são baseados em sondagens pós-eleitorais, com excepção da sondagem conduzida em Julho de 1998.

Em 1996, a questão foi colocada de modo ligeiramente diferente: «O meu voto de partido tem realmente importância nas eleições.»

Quanto a uma comparação entre deputados MRU e de lista, o quadro n.º 2 mostra o nível de reconhecimento de ambos os tipos de deputados. Começou por pedir-se aos entrevistados que identificassem o seu deputado MRU e, seguidamente, que indicassem o nome de quaisquer deputados de lista que conhecessem. Como seria de esperar, o quadro n.º 2 mostra que os deputados MRU gozam de um reconhecimento público muito mais elevado do que os deputados de lista. 54% dos entrevistados indicam correctamente o nome do seu deputado MRU, ao passo que apenas 17% conseguem indicar o nome de um deputado de lista. 5% dos entrevistados enganaram-se, indicando o nome de um deputado MRU quando lhes foi pedido que indicassem o de um deputado de lista, ao passo que 2% deram o nome de um deputado de lista

quando lhes foi pedido o de um deputado MRU. Cerca de 8% deram o nome de um candidato ou de um deputado histórico quando lhes foi pedido o nome de um deputado de lista. Dos 17% dos entrevistados que conseguiram identificar um deputado de lista, 21% indicaram o nome de Alamein Kopu (v. atrás) como deputado de lista e 5% indicaram os nomes de outros «vira-casacas». Assim, a capacidade dos entrevistados de indicarem o nome de um deputado de lista trouxe, provavelmente, consigo muitos estereótipos negativos sobre os deputados de lista (v. NZES, 2000).

Reconhecimento de deputados MRU e de lista

[QUADRO N.º 2]

	Secção maioritária	Secção proporcional
Indicam nome de deputado	54,1	17,1
Confundem deputados MRU e de lista	2,0	5,1
Outro tipo de deputados MRU*	8,3	–
Não sabe	35,6	77,8
N	(5 157)	(5 160)

Fonte: *New Zealand Election Study* de 1999.

Tal como as avaliações da capacidade de resposta para os deputados, em geral, a aprovação da capacidade de resposta dos deputados MRU registou um ligeiro aumento. Como podemos observar no quadro n.º 3, 37% dos entrevistados aprovavam o trabalho realizado pelo seu deputado MRU em 1993 e em 1999 a aprovação alcançava os 42%. Em 1999, a pergunta sobre a aprovação dos deputados foi alterada de modo a incluir os deputados de lista partidária. Foram feitas quatro perguntas diferentes sobre a aprovação dos deputados, relativas ao deputado MRU do círculo do entrevistado, aos deputados MRU em geral, ao deputado de lista indicado pelo entrevistado e aos deputados de lista em geral (uma vez mais, v. no apêndice a formulação exacta da pergunta). Em 1999, os cidadãos tinham tido já três anos de experiência com os deputados de lista, eleitos pela primeira vez em 1996. Em 1999, a aprovação dos deputados de lista em geral era inferior a 7%, ao passo que a aprovação dos deputados MRU em geral era apenas ligeiramente melhor, registando 18%. A aprovação dos deputados de lista indicados pelos entrevistados rondava o mesmo nível que a dos deputados MRU dos círculos eleitorais dos entrevistados. Daqueles que indicaram o nome de um deputado de lista, 36% aprovavam a sua actuação, ao passo que 42% aprovavam a actuação do deputado MRU do seu círculo eleitoral. As disparidades entre os níveis de aprovação dos deputados MRU do círculo dos entrevistados e dos deputados em geral reflecte uma tendência que foi muito notada no caso dos Estados Unidos: desaprovação da instituição legislativa e dos seus membros em geral, mas forte apoio aos representantes individuais (v. Fenno, 1975). Fenno (1975) sugeriu

que o público utiliza diferentes padrões na avaliação dos membros individuais e do colectivo encarnado pela instituição representativa.

Contacto com deputados MRU e de lista e aprovação dos mesmos

[QUADRO N.º 3]

	1993	1996	1999			
			Deputado MRU	Deputado de lista indicado	Deputados MRU em geral	Deputados de lista em geral
Percentagem dos que aprovam deputados independentemente de contacto	37,2	40,9	42,1	35,5	17,9	6,7
Percentagem dos que tiveram contacto com deputados	27,1	24,4	19	5,8*	–	–
Percentagem dos que aprovam o deputado com quem contactaram	50,8	55,8	66,4	73,9	30,1	23,6
Percentagem dos que aprovam deputados com quem não tiveram contacto	31,2	34,5	35,1	30,2	15,1	5,6
N	–	–	4 161	883	5 017	4 863

* A dimensão da amostra para esta percentagem é de 5163 (a totalidade da amostra). Se excluirmos aqueles que não indicam o nome de um deputado de lista na pergunta anterior, o valor aumenta para 20,1%.

Fonte: *New Zealand Election Studies* de 1993, 1996 e 1999 (amostras pós-eleitorais).

As sondagens de 1993 e 1996 incluíam perguntas sobre os deputados MRU. Com a transição para o sistema de MMP, o questionário de 1999 incluía perguntas sobre deputados de lista e de eleitorado.

Tanto o reconhecimento como a aprovação estão associados ao contacto com o deputado⁹. O quadro n.º 3 mostra que 19% dos entrevistados afirmaram ter tido contacto com um deputado MRU, ao passo que apenas 6% declararam ter tido contacto com um deputado de lista¹⁰. O nível de contacto com os deputados é relativamente elevado quando comparado com outros

⁹ Refiro os resultados de uma pergunta que pedia aos entrevistados que declarassem qualquer contacto com um deputado durante o último ano. A direcção do contacto — se foi iniciado pelo eleitor ou pelo deputado — não é conhecida. Utilizo o indicador como medida da amplitude de uma relação pessoal entre os eleitores e os legisladores. O indicador seria problemático se pretendesse medir o comportamento estratégico ou o trabalho social dos deputados.

¹⁰ A pergunta sobre o contacto com deputados de lista foi formulada de modo ligeiramente diferente da pergunta sobre o contacto com os deputados MRU. Começou-se por pedir aos entrevistados que indicassem o nome de um deputado de lista. Só àqueles que o fizeram se perguntou então se tinham tido contacto com um deputado de lista. Contudo, o valor declarado no quadro e no texto reflecte a percentagem da amostra total que declarou contacto com um deputado de lista, e não apenas a percentagem daqueles que nomearam um deputado de lista e que também contactaram um deputado de lista (esse valor é muito mais elevado — 20%). Partimos do princípio de que os entrevistados que não sabem indicar o nome de um deputado não terão tido qualquer contacto com representantes. Em contrapartida, é razoável esperar que os entrevistados que tiveram contacto com um deputado sejam capazes de os identificar.

países (v. Curtice e Shively neste volume). Esta diferença de contacto entre deputados MRU e de lista reflecte os diferentes níveis de reconhecimento declarados acima e está também em conformidade com as conclusões de Curtice e Shively (2000) de que os sistemas de MRU produzem maiores níveis de contacto entre deputados e eleitorados do que os círculos plurinominais. O contacto com deputados MRU foi ligeiramente mais baixo em 1999 do que nos dois anos anteriores. Contudo, se combinarmos os contactos com deputados MRU e de lista, o nível de contacto foi aproximadamente o mesmo que nos anos anteriores. Este resultado sugere que os deputados de lista estão a conquistar parte da procura para trabalho junto do eleitorado, mais do que a criar procura para esse tipo de trabalho.

Para aqueles que tiveram contacto com um deputado, a aprovação aumentou em 16% desde 1993. A aprovação aumentou muito mais acentuadamente entre aqueles que estabeleceram contacto com os representantes do que entre aqueles que não o fizeram. A aprovação dos deputados MRU e de lista é muito mais elevada entre aqueles que tiveram contacto com ambos os tipos de deputados. De facto, entre aqueles que declararam ter tido contacto, os deputados de lista indicados apresentam, em média, uma taxa de aprovação mais elevada (74%) do que os deputados MRU específicos (66%). Efectivamente, o nível de contacto global não sofreu alterações (se combinarmos os deputados MRU e de lista), mas a aprovação aumentou desde 1993, particularmente entre aqueles que tiveram contacto com um deputado.

Examinarei de seguida o modo como os neozelandeses avaliam os deputados de lista e a preferência por listas partidárias abertas. O NZES começou por perguntar aos entrevistados se apoiavam um sistema de listas partidárias abertas imediatamente após as segundas eleições sob o sistema de MMP, em 1999. Como podemos observar no quadro n.º 4, a maioria dos entrevistados concordou que «os eleitores, e não os partidos, devem decidir quais os candidatos que devem integrar a lista partidária». Em 2001, uma pergunta similar foi formulada em entrevistas por via telefónica. Perguntou-se aos inquiridos quem deveria decidir quais os candidatos que deviam integrar a lista partidária. Interrogada desta forma, uma proporção similar de entrevistados afirmou que deveriam ser os eleitores a decidir. Parece existir um claro apoio às listas partidárias abertas e à possibilidade de expressão de uma preferência por um candidato.

É mais difícil avaliar a relação entre a aprovação dos deputados de lista e o apoio a um sistema de listas abertas. Existe uma relação razoavelmente forte entre a aprovação dos deputados de lista e o apoio às listas abertas. Karp (2002) indica que 67% daqueles que desaprovam os deputados de lista em geral preferem as listas abertas, ao passo que apenas 49% daqueles que aprovam os deputados de lista apoiam as listas abertas. Contudo, é difícil avaliar a possível relação causal entre a aprovação dos deputados e o apoio às listas abertas. Por um lado, aqueles que têm uma opinião negativa sobre a actuação dos deputados de lista poderão preferir as listas abertas de modo a poderem seleccionar candidatos melhor qualificados e mais capazes do que aqueles que integram as

listas partidárias. Por outro lado, a preferência por listas abertas poderá estar a condicionar as opiniões sobre os deputados de lista. Se um eleitor não tem uma palavra a dizer quanto à identidade dos deputados de lista, e não concorda com o método pelo qual aqueles são seleccionados, poderá projectar essa desaprovação nos deputados de lista em geral. É, provavelmente, seguro pressupor a existência de uma relação recíproca entre os dois indicadores.

Atitudes perante listas abertas/fechadas: devem ser os votantes, e não os partidos, a decidir quais os candidatos que devem integrar as listas partidárias

[QUADRO N.º 4]

1999*	Porcentagem	2001**	Porcentagem
Concorda	57,2	Eleitores devem decidir	55,3
Neutro	17,6	Partido deve decidir	30,3
Discorda	14,5	Não responde/não sabe	14,4
Não sabe	10,7	<i>N</i>	733
<i>N</i>	5 038		

* Questionário postal.

** Entrevista telefónica.

Fonte: NZES, 1999 (amostra pós-eleitoral) e 2001 (sondagem intereleitoral).

Quais as consequências para as avaliações do sistema de MMP da aprovação dos deputados e da preferência por listas partidárias abertas? De modo a avaliar o impacto das avaliações dos deputados sobre o apoio ao sistema de MMP, são utilizadas três medidas de avaliação deste sistema: a equidade do sistema de MMP, comparativamente ao sistema de MRU; o sucesso do sistema de MMP; o voto a favor ou contra do entrevistado quanto à manutenção do sistema de MMP. A formulação exacta da pergunta e a respectiva codificação são apresentadas no apêndice. Todas as perguntas estão relacionadas entre si, embora meçam diferentes aspectos do sistema de MMP (v. Vowles, Banducci e Karp, 2000). Elaboro um modelo multivariado que visa prever o apoio ao sistema de MMP e inclui todas as medidas de aprovação dos deputados (em geral e em particular, na secção MRU e de lista), a preferência por listas abertas e medidas adicionais que avaliam o apoio à proibição de mudanças de partido entre os deputados. O modelo multivariado controla também outros factores que se sabe contribuir para o apoio ao sistema de MMP, tais como a compreensão do sistema e o apoio partidário. Várias medidas sociais e demográficas foram também incluídas como variáveis de controlo. Os efeitos sobre as probabilidades previstas de apoio ao sistema de MMP são apresentados no quadro n.º 5 e o modelo completo é apresentado no apêndice B. Os dados do quadro n.º 5 mostram o aumento (ou declínio) previsto no apoio ao sistema de MMP entre o valor mínimo e máximo de cada variável apresentada. Por exemplo, há mais 5% de

probabilidades de aqueles que pensam que os deputados estão a par dos problemas das pessoas pensarem que o sistema de MMP é mais justo do que aqueles que pensam que os deputados desconhecem os problemas das pessoas.

Há menos probabilidades de aqueles que prefeririam que os eleitores tivessem uma influência directa sobre a feitura das listas partidárias apoiarem o sistema de MMP em todas as três medidas. O apoio a regras que impeçam a mudança de partidos (aqueles que concordam que os deputados que abandonam os partidos devem abandonar também o parlamento) produz também uma diminuição significativa do apoio ao sistema de MMP. Se bem que os coeficientes para as preferências por listas abertas e pela saída do parlamento dos deputados que abandonem os respectivos partidos sejam significativos, os efeitos sobre o apoio ao sistema de MMP não são fortes. O efeito mais forte é uma diminuição de 6% nas probabilidades de se considerar o MMP um sistema mais justo entre aqueles que pensam que devem ser os eleitores a decidir a lista partidária. Estes resultados sugerem, de facto, que as avaliações dos eleitores do novo sistema eleitoral se baseiam não apenas nas vantagens partidárias e nos resultados eleitorais, como também nas próprias regras do sistema. O mais provável é que o descontentamento com a selecção e o comportamento dos deputados de lista exerça alguma influência sobre as atitudes face ao novo sistema eleitoral. Dado que uma maioria apreciável é favorável às listas abertas, esta conclusão poderá sugerir uma via de reforma do actual sistema eleitoral que poderá conquistar um maior apoio público.

Mudanças nas avaliações do sistema de MMP, atitudes perante os deputados, listas fechadas e apoio ao sistema de MMP

[QUADRO N.º 5]

	MMP mais justo do que MRU	MMP foi um sucesso	Votaria a favor da manutenção do MMP
Eleitores devem decidir lista	-0,06*	-0,01*	-0,03*
Devem abandonar partido	-0,04*	-0,03*	0,02
Aprovação dos deputados MRU em geral	-0,10*	-0,01	-0,08*
Aprovação dos deputados de lista em geral	0,12*	0,03*	0,10*
Aprovação do deputado MRU local	-0,01	0,00	0,01
Aprovação do deputado de lista indicado pelo entrevistado	0,07*	0,02*	0,03*
Deputados estão em contacto com os problemas	0,05*	0,02	0,07*

* $p < 0,05$.

Nota: Os números apresentados no quadro representam a mudança na probabilidade de obter o valor mais elevado na variável dependente quando a variável independente passa do valor mais baixo para o valor mais elevado (mantendo-se todas as outras variáveis constantes nas suas médias). As probabilidades previstas baseiam-se nos resultados das *regressões logísticas multivariadas* apresentadas no apêndice B.

Das variáveis examinadas, aquela que tem maior impacto sobre o apoio global ao sistema de MMP é a aprovação dos deputados MRU e de lista. No

total, a aprovação da actuação dos deputados de lista (seja em geral, seja em relação àqueles especificamente designados) faz aumentar as avaliações positivas do sistema de MMP. Por outro lado, a aprovação dos deputados MRU em geral influencia negativamente as avaliações do sistema de MMP. A mudança na probabilidade prevista de se considerar que o MMP é mais justo aumenta em 12% se passarmos do nível mais baixo de aprovação aos deputados de lista em geral para o nível mais elevado de aprovação aos deputados. Passar do nível mais baixo ao mais alto de aprovação aos deputados MRU faz descer as probabilidades de se considerar justo o sistema de MMP numa percentagem praticamente igual. Uma relação similar pode ser encontrada nos outros indicadores de avaliações dos sistemas de MMP. Desta perspectiva, vemos que as actuações dos deputados de lista têm influenciado as avaliações do sistema de MMP. Contudo, é surpreendente que as avaliações dos deputados MRU tenham também um efeito significativo sobre as avaliações do sistema de MMP, dado que o sistema preserva a ligação entre os representantes e os constituintes. O efeito negativo talvez resulte da diminuição do número de deputados MRU de 99 para 65, bem como do necessário aumento da dimensão geográfica e populacional dos círculos.

Há ainda a considerar a natureza recíproca da relação entre a aprovação dos deputados e o apoio ao sistema de MMP. As avaliações dos deputados de lista podem ser influenciadas pelo apoio geral ao sistema de MMP. Aqueles que se opõem ao sistema de MMP, provavelmente, não gostam dos deputados de lista e, assim, atribuem-lhes classificações baixas. Similarmente, aqueles que se opõem ao sistema de MMP valorizam o papel dos deputados MRU em geral, atribuindo-lhes classificações mais altas. Isto poderá explicar por que razão as avaliações do sistema de MMP em geral são influenciadas pelas avaliações gerais dos deputados MRU, e não por avaliações do deputado do círculo eleitoral dos entrevistados. Além disso, tendo em conta que a lista partidária é um aspecto central do sistema de MMP, faz sentido que os apoiantes deste sistema vejam com bons olhos os deputados de lista em geral.

CONCLUSÃO

A análise apresentada no presente artigo sugere diversas conclusões sobre a relação entre eleitores e representantes sob o sistema eleitoral misto na Nova Zelândia e o efeito desta relação no apoio ao novo sistema eleitoral. Os contactos entre eleitores e deputados neozelandeses não estão a diminuir. Os níveis de contacto são semelhantes aos dos anos anteriores; todavia, parte desse contacto é actualmente levado a cabo pelos deputados de lista. Adicio-

nalmente, embora os neozelandeses tenham menos contactos com os deputados de lista, atribuem igual importância ao contacto com os deputados de lista e com os deputados MRU.

Quando a comissão de revisão do sistema de MMP do parlamento neozelandês se reuniu em 2000 para avaliar a transição para o novo sistema eleitoral, uma das reformas possíveis que debateu foi a introdução de listas partidárias abertas. No seu parecer à comissão de revisão, o NZES recomendou alterações ao sistema de MMP que permitissem aos eleitores contribuir para a composição das listas partidárias, uma vez que se verificava entre o eleitorado um apoio maioritário a este princípio (NZES, 2000). A análise do presente artigo sugere também que as listas abertas podem ajudar a melhorar o apoio difuso ao sistema eleitoral. Além disso, outros pareceres endereçados à comissão de revisão defenderam que o sistema de MMP «não será inteiramente aceite enquanto não for dada aos eleitores a possibilidade de exercerem alguma influência sobre quais os candidatos das listas partidárias a serem eleitos» (Parlamento Neozelandês, 51). Contudo, a elite partidária revelou-se consensual na sua desaprovação das listas abertas. No relatório da comissão de revisão, a ideia de listas partidárias abertas foi rejeitada: «a comissão alcançou uma quase unanimidade quanto a este assunto. [Todos os partidos do parlamento, com excepção do United] apoiaram o *status quo* (ou seja, a manutenção da prática corrente de listas nacionais fechadas)» (Parlamento Neozelandês, 2000, p. 51).

Um dos aspectos da representação que não considerámos neste artigo é a representação nominal. Não obstante as avaliações negativas das listas partidárias fechadas, atribui-se à secção proporcional do sistema o aumento da representatividade dos *maori*, das mulheres e de outras comunidades étnicas neozelandesas. Não há dúvida de que a representação das mulheres e dos *maori* aumentou com a implementação do sistema de MMP (Banducci e Karp, 1998). Antes da implementação deste sistema, a Nova Zelândia apresentou sempre uma elevada proporção de mulheres no parlamento; a representação das mulheres no parlamento igualava, ou excedia, os níveis encontrados em muitos sistemas de RP e tinha vindo a aumentar firmemente a partir dos anos 80. Contudo, a mudança para o sistema de MMP implicou a entrada no parlamento de um maior número de mulheres, através das listas partidárias, mais do que na secção MRU. Em 1996, as mulheres foram eleitas em 15% dos lugares de eleitorado e ocuparam 45% das posições das listas (Banducci e Karp, 1998); antes do sistema de MMP ocupavam 21% dos lugares de eleitorado. A continuidade desta tendência nas eleições de 1999 não é clara. Assim, embora o sistema de MMP tenha aumentado, em termos gerais, a representação das mulheres, o facto de estas serem predominantemente deputadas de lista poderá ter implicações para o papel das mulheres no parlamento se os deputados de lista funcionarem como «deputados de segunda classe».

APÊNDICE A: FORMULAÇÃO DAS PERGUNTAS

AVALIAÇÕES DOS DEPUTADOS

Capacidade de resposta dos deputados

A maioria dos membros do parlamento não está a par do que se passa no resto do país: 0 = concorda plenamente; 0,25 = concorda; 0,5 = nem uma coisa nem outra/não sabe; 0,75 = discorda; 1 = discorda fortemente.

O governo da Nova Zelândia é em grande medida dirigido por um punhado de grandes interesses: 0 = concorda plenamente; 0,25 = concorda; 0,5 = nem uma coisa nem outra/não sabe; 0,75 = discorda; 1 = discorda fortemente.

APROVAÇÃO DOS DEPUTADOS

Aprovação dos deputados MRU em geral

No conjunto, aprova ou desaprova o modo como os deputados MRU, em geral, desempenharam as suas funções ao longo dos três últimos anos? 0 = desaprova fortemente; 0,25 = desaprova; 0,5 = não aprova nem desaprova/não sabe; 0,75 = aprova; 1 = aprova fortemente.

Aprovação do deputado MRU local

No conjunto, aprova ou desaprova o modo como o seu deputado MRU local desempenhou as suas funções ao longo dos três últimos anos? 0 = desaprova fortemente; 0,25 = desaprova; 0,5 = não aprova nem desaprova/não sabe; 0,75 = aprova; 1 = aprova fortemente.

Aprovação do deputado de lista indicado pelo entrevistado

No conjunto, aprova ou desaprova o modo como esse deputado de lista desempenhou as suas funções ao longo dos três últimos anos? 0 = desaprova fortemente; 0,25 = desaprova; 0,5 = não aprova nem desaprova/não sabe; 0,75 = aprova; 1 = aprova fortemente.

Aprovação dos deputados de lista em geral

No conjunto, aprova ou desaprova o modo como os deputados de lista, em geral, desempenharam as suas funções ao longo dos três últimos anos? 0 = desaprova fortemente; 0,25 = desaprova; 0,5 = não aprova nem desaprova/não sabe; 0,75 = aprova; 1 = aprova fortemente.

Avaliações do sistema de MMP

Manutenção do sistema de MMP: «Se tivesse havido um referendo sobre o sistema eleitoral ao mesmo tempo que as eleições, como teria votado?» 1 = a favor da manutenção do MMP; 0 = a favor do MRU, de um sistema alternativo, ou não sabe.

O MMP é um fracasso/sucesso: quais das seguintes declarações se aproximam mais da sua opinião? 1 = o MMP tem sido um sucesso e devemos mantê-lo; 0 = ainda é cedo de mais para saber; 0 = tem sido um fracasso e devemos abandoná-lo o mais depressa possível.

O MMP é mais justo: concorda ou discorda destas afirmações? O MMP é muito mais justo do que o anterior sistema de MRU: 1 = concorda; 0,5 = neutro; 0 = discorda.

Escala de conhecimento do sistema de MMP: (3 itens)

(1) Os votos dos partidos determinam normalmente o número total de lugares que cada partido obtém no parlamento: 1 = correcto; 0 = incorrecto.

(2) Um partido que obtém menos de 5% dos votos e não conquista nenhum eleitorado não pode obter quaisquer lugares.: 1 = correcto; 0 = incorrecto.

(3) Com o sistema de MMP os neozelandeses têm agora dois votos, um para um partido e outro para um candidato pelo seu círculo. Qual deles considera mais importante na determinação do partido que obterá um maior número de lugares no parlamento? 1 = o voto no partido; 0 = o contrário.

Listas abertas: os eleitores, e não os partidos, deverão decidir quais os candidatos da lista partidária que serão eleitos: 1 = os eleitores devem decidir; 0 = neutro; 0 = os eleitores não devem decidir.

Demitir-se da lista: ultimamente tem-se falado muito em mudar o parlamento e o modo como a Nova Zelândia é governada. Na Nova Zelândia, acha que deveríamos ou não obrigar os deputados que se demitem dos seus partidos a demitirem-se também do parlamento? 1 = sim, absolutamente; 0,75 = sim; 0,5 = nem sim nem não/não sabe; 0,25 = não; 0 = não, absolutamente.

APÊNDICE B: MODELO MULTIVARIADO

Atitudes perante os deputados, listas fechadas e apoio ao sistema de MMP

[QUADRO N.º 1]

	MMP mais justo que MRU		MMP tem sido um sucesso		Votaria para manter MMP	
	Est.	S. E.	Est.	S. E.	Est.	S. E.
Limiar (var. dep. = 0)	1,03**	(0,25)	3,98**	(0,41)	-2,95**	(0,27)
Limiar (var. dep. = 0,5)	2,22**	(0,25)	—	—	—	—
Eleitores devem decidir lista	-0,52*	(0,07)	-0,36**	(0,10)	-0,30**	(0,07)
Devem abandonar o partido	-0,36**	(0,15)	-0,58**	(0,22)	0,21	(0,16)
Aprovação dos deputados MRU em geral	-0,86**	(0,19)	-0,12	(0,31)	-0,91**	(0,21)
Aprovação dos deputados de lista em geral	1,07**	(0,20)	0,76	(0,32)	1,05**	(0,22)
Aprovação do deputado MRU local	-0,07	(0,10)	0,08	(0,16)	0,10	(0,11)
Aprovação do deputado de lista indicado pelo entrevistado	0,68**	(0,14)	0,43	(0,18)	0,31*	(0,14)
Deputados estão em contacto com o público	0,43**	(0,14)	0,14	(0,22)	0,78**	(0,15)
Conhecimento do sistema de MMP	0,73**	(0,11)	0,98**	(0,18)	0,90**	(0,12)
Labour	1,01**	(0,08)	1,14**	(0,16)	1,06**	(0,09)
Alliance	1,70**	(0,14)	1,78**	(0,20)	1,53**	(0,14)
NZ First	1,71**	(0,19)	1,57**	(0,25)	1,65**	(0,18)
Act	0,52**	(0,13)	0,39	(0,25)	-0,04	(0,15)
Green	2,74**	(0,23)	1,76**	(0,21)	1,85**	(0,17)
Outro	1,25**	(0,15)	1,13**	(0,23)	1,03**	(0,15)
Não votou	0,67**	(0,13)	0,90**	(0,23)	0,24	(0,15)
Mulher	0,03	(0,06)	-0,46**	(0,10)	-0,26**	(0,07)
Idade (/10 anos)	0,01	(0,02)	-0,02	(0,03)	-0,04	(0,02)
Educação.	0,23**	(0,03)	0,18**	(0,05)	0,21**	(0,03)
Funcionário público.	0,09	(0,08)	-0,08	(0,05)	0,00	(0,08)
Maori.	0,45**	(0,11)	0,62	(0,05)	0,42**	(0,11)
<i>Pseudo R2 (Nagelkerke)</i>	0,21		0,12		0,18	
<i>N</i>	3 941		4 462		4 444	

**p* < 0,05.

BIBLIOGRAFIA

- AMES, B. (1995), «Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: bases of voting in the Brazilian Congress», in *Journal of Politics*, 2, pp. 324-343.
- ANAGNOSON, J. T. (1983), «Home style in New Zealand», in *Legislative Studies Quarterly*, 8, pp. 157-175.
- ANAGNOSON, J. T. (1987), «Does constituency work have an electoral impact? The case of New Zealand Mps», in *Political Science*, 39, pp. 105-118.
- BANDUCCI, S. A., e KARP, J. A. (1998), «Representation under a proportional system», in J. Vowles, P. Aimer, S. Banducci e J. Karp (eds.), *Voter's Victory? New Zealand's First Election under Proportional Representation*, Auckland, Auckland University Press.
- BANDUCCI, S., e KARP, J. (1999), «Perceptions of fairness and support for proportional representation», in *Political Behaviour*, 21, pp. 217-238.

- BOSTON, J., LEVINE, S., MCLEAY, E., e ROBERTS, N. (1996), «Why did New Zealand adopt German-style proportional representation?», in *Representation*, 33, pp. 134-140.
- BOSTON, J., e MCLEAY, E. (1997), «Forming the first MMP government: theory, practice, and prospects», in J. Boston, E. McLeay, S. Levine e N. S. Roberts (eds.), *From Campaign to Coalition: New Zealand's First Election under Proportional Representation*, Palmerston North, Dunmore.
- BOWLER, S., e FARRELL, D. (1993), «Legislator shirking and voter monitoring: impacts of European Parliament electoral systems upon legislator-voter relationship», in *Journal of Common Market Studies*, 31, pp. 45-69.
- CAIN, B., FEREOH, J., e FIORINA, M. (1987), *The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CARNACHE, D., MONDAK, J. J., e CABRERA, E. (2000), «Voters and the personal vote: a counterfactual simulation», in *Political Research Quarterly*, 3, pp. 663-676.
- CAREY, J., e SHUGART, M. S. (1995), «Incentive to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral systems», in *Electoral Studies*, 14, pp. 417-439.
- COX, G. (1997), *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CURTICE, J., e SHIVELY, P. (2000), «Who represents us best? One member or many?», documento de trabalho CREST n.º 79, Setembro (www.crest.ox.ac.uk).
- ELKLIT, J. (1992), «The best of both worlds — the Danish electoral system 1915-1920 in a comparative perspective», in *Electoral Studies*, 3, pp. 189-205.
- FARRELL, D. (2001), *Electoral Systems: A Comparative Introduction*, Nova Iorque, Palgrave.
- FENNO, R. F. Jr. (1975), «If, as Ralph Nader says, congress is The bROken Branch, how come we love our congressmen so much?», in N. J. Ornstein (ed.), *Congress in Change: Evolution and Reform*, Nova Iorque, Praeger.
- GLADDISH, K. (1991), *Governing from the Centre: Politics and Policy-Making in the Netherlands*, Londres, Hurst.
- JACKSON, W. K., e MCRORBIE, A. (1998), *New Zealand Adopts Proportional Representation*, Aldershot, Ashgate.
- KARP, J. (2002), *Members of Parliament and Representation, in Proportional Representation on Trial: The 1999 New Zealand General Election and the Fate of MMP*, Auckland, Auckland University Press.
- KARP, J., e BANDUCCI, S. (2002), «Issues and party competition under alternative electoral systems», in *Party Politics*, 8, pp. 123-141.
- KARP, J., e BOWLER, S. (2001), «Coalition politics and satisfaction with democracy: explaining New Zealand's reaction to proportional representation», in *European Journal of Political Research*, 40, pp. 57-79.
- KARP, J., VOWLES, S., BANDUCCI, S., e DONOVAN, T. (2002), «Strategic voting, party activity, and candidate effects: testing explanations for split voting in New Zealand's new mixed system», in *Electoral Studies*, 21, pp. 1-22.
- LAMARE, J., e VOWLES, J. (1996), «Party interests, public opinion, and institutional preferences: electoral system change in New Zealand», in *Australian Journal of Political Science*, 31, pp. 321-346.
- LEVINE, S., e ROBERTS, N. (1997), «MMP: the decision», in R. Miller (ed.), *New Zealand Politics in Transition*, Oxford, Oxford University Press.
- MILLER, R. (1998), «Coalition government: the people's choice», in J. Vowles, P. Aimer, S. Banducci e J. Karp (eds.), *Voter's Victory? New Zealand's First Election under Proportional Representation*, Auckland, Auckland University Press.
- MULGAN, R. (1997), «Parliament, composition and function», in R. Miller (ed.), *New Zealand Politics in Transition*, Oxford, Oxford University Press.
- MITCHELL, P. (2000), «Voters and their representatives: electoral institutions and delegation in parliamentary democracies», in *European Journal of Political Research*, 37, pp. 335-351.

- NEW ZEALAND ELECTION STUDY (2000), «Electoral system opinion and the evolution of MMP: a report to the electoral commission».
- NEW ZEALAND PARLIAMENT (2001), «Report of the MMP review committee — inquiry into the review of MMP», Agosto.
- ROYAL COMMISSION ON THE ELECTORAL SYSTEM (1986), *Report of the Royal Commission on the Electoral System: towards a Better Democracy*, Wellington, Government Print.
- POPKIN, S. (1991), *The Reasoning Voter*, Chicago, Chicago University Press.
- SAMUELS, D. (1999), «Incentives to cultivate a party vote in candidate centric electoral systems: evidence from Brazil», in *Comparative Political Studies*, 32, pp. 487-518.
- VOWLES, J., KARP, J. A., e BANDUCCI, S. A. (2000), «Proportional representation on trial: elite vs. mass opinion on electoral system change in New Zealand», artigo apresentado na conferência anual da American Political Science Association, Washington, D. C., 30 de Agosto/3 de Setembro.
- VOWLES, J. (1995), «The politics of electoral reform in New Zealand», in *International Political Science Review*, 16, pp. 95-115.
- WARD, L. (1998), «Second-class Mps'? New Zealand adaptation to MMP», in *Political Science*, 49, pp. 125-152.
- WATTENBERG, M., e SHUGART, M. (2000), *Mixed-Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds?*, Oxford, Oxford University Press.

Traduzido por Rui Cabral